31/março/2022

**À: Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**
À atenção dos Acionistas, Conselheiros e Administradores

**Ref.: Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis nº 223SP-066-PB**

Prezados senhores,

Pela presente, encaminhamos aos cuidados de V.Sas. o relatório do auditor independente acompanhado das demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Atenciosamente,

Edinilson Attizani
Sócio

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Em 31 de dezembro de 2021**

# Índice


| | Página |
|---|---|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Demonstrações contábeis | 6 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 e 2020 | 12 |

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
**Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.**
Recife – PE

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“Companhia’’), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados. I CRC 

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA) – Informação suplementar

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de capital aberto e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de companhia, foram submetidas aos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

## Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre e eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados. I CRC 

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.
  Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados. I CRC 

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

# Balanços patrimoniais

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| Ativo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 16.801 | 9.634 |
| Contas a receber | 7 | 412 | 2.492 |
| Tributos a recuperar | | 289 | 241 |
| Despesas antecipadas | | 238 | 72 |
| Outros ativos | | 3 | 31 |
| **Ativo circulante** | | **17.743** | **12.470** |
| Contas vinculadas | 8 | - | 7.969 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23 | 3.879 | 2.952 |
| Contas a receber | 7 | 134 | - |
| Outros ativos | | 532 | 532 |
| Direito de uso | 10 | 295 | 316 |
| Imobilizado | | 232 | 178 |
| Intangível | 9 | 59.382 | 61.893 |
| **Ativo não circulante** | | **64.454** | **73.840** |
| **Total do ativo** | | **82.197** | **86.310** |

| Passivo | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Fornecedores | 11 | 55 | 310 |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 3.131 | 3.724 |
| Arrendamento mercantil operacional | 13 | 118 | 173 |
| Partes relacionadas | 17 | 400 | 33 |
| Tributos a pagar | | 246 | 296 |
| Salários e encargos sociais | | 417 | 290 |
| Contribuição ao fundo socioambiental | 14 | 789 | 797 |
| Outros passivos | | 265 | 331 |
| **Passivo circulante** | | **5.421** | **5.954** |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 12 | 36.869 | 38.062 |
| Arrendamento mercantil operacional | 13 | - | 67 |
| Partes relacionadas | 17 | - | 896 |
| Provisão para contingências | 15 | 1.108 | 1.039 |
| Provisão de conserva especial | 16 | 2.503 | 2.199 |
| **Passivo não circulante** | | **40.480** | **42.263** |
| Capital social | 18 | 26.150 | 26.150 |
| Reserva de capital | | 2.618 | 2.618 |
| Reservas de lucros | - | 7.528 | 9.325 |
| **Patrimônio líquido** | | **36.296** | **38.093** |
| **Total do passivo e patrimônio líquido** | | **82.197** | **86.310** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstrações dos resultados

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Receita líquida | 19 | 17.617 | 18.781 |
| Custo dos serviços | 20 | (9.043) | (8.646) |
| **Lucro bruto** | | **8.574** | **10.135** |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (7.896) | (4.190) |
| Despesas gerais e administrativas | | (498) | - |
| **Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido** | | **1.176** | **5.945** |
| Receitas financeiras | 22 | 668 | 348 |
| Despesas financeiras | 22 | (4.569) | **(3.618)** |
| **Resultado financeiro, líquido** | | **3.901** | **(3.270)** |
| Resultado financeiro, líquido | | (3.901) | (3.270) |
| **Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social** | | **(2.725)** | **2.675** |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 23 | 928 | (553) |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | 23 | - | (268) |
| **(Prejuízo) lucro líquido do exercício** | | **(1.797)** | **1.854** |
| Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R$ | | (68,72) | 70,90 |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| (Prejuízo) lucro do exercício | (1.797) | 1.854 |
| **Resultado abrangente do exercício** | **(1.797)** | **1.854** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | | | Reservas de lucros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **Capital social** | **Reserva de capital** | **Reserva legal** | **Reserva de investimento** | **Reserva de incentivo fiscal** | **Prejuízos acumulados** | **Patrimônio líquido** |
| **Saldos em 1º de janeiro de 2020** | **26.150** | **2.618** | **529** | **7.937** | **954** | **(1.550)** | **36.638** |
| Lucro líquido do exercício | - | **-** | - | **-** | - | 1.854 | **1.854** |
| Destinação do lucro (nota 18) | - | **-** | 84 | (350) | 171 | 95 | **-** |
| Dividendos propostos (nota 18) | - | **-** | - | **-** | - | (399) | **(399)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **26.150** | **2.618** | **613** | **7.587** | **1.125** | **-** | **38.093** |
| Prejuízo do exercício | - | **-** | - | **-** | - | (1.797) | **(1.797)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **26.150** | **2.618** | **613** | **7.587** | **1.125** | **(1.797)** | **36.296** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Fluxos de caixa das atividades operacionais** | | |
| **(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | **(2.725)** | **2.675** |
| **Ajustes** | | |
| Margem de construção | (4) | (4) |
| Provisão para contingência | 69 | 86 |
| Provisão para conserva especial | 304 | 403 |
| Juros e variações monetárias, líquidas | 3.147 | 3.595 |
| Depreciação e amortização | 3.906 | 3.818 |
| | **4.697** | **10.573** |
| **Variação dos ativos e passivos** | | |
| Contas a receber | 1.946 | (1.254) |
| Despesas antecipadas | (166) | 8 |
| Tributos a recuperar | (310) | (44) |
| Outros ativos | 28 | (316) |
| Contribuição ao fundo socioambiental | (8) | 111 |
| Fornecedores | (784) | 86 |
| Obrigações tributárias | 213 | 132 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 127 | (73) |
| Outros passivos | (66) | 118 |
| **Caixa líquido proveniente das operações** | **5.677** | **9.341** |
| Juros pagos | (6.043) | (773) |
| **Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais** | **(366)** | **8.568** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Contas vinculadas | 7.969 | (184) |
| Adições ao imobilizado | (110) | (53) |
| Adições ao intangível | (922) | (426) |
| **Caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades de investimentos** | **6.937** | **(663)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamentos** | | |
| Partes relacionadas | | |
| Recursos liberados | - | 33 |
| Dividendos pagos | - | (1.016) |
| Empréstimos e financiamentos | | |
| Captação de debêntures | 40.000 | - |
| Empréstimos (amortização de principal) | (38.875) | (792) |
| Arrendamento mercantil | | |
| Baixas de arrendamento | (529) | (545) |
| **Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de financiamentos** | **596** | **(2.320)** |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **7.167** | **5.585** |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 9.634 | 4.049 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 16.801 | 9.634 |
| **Aumento de caixa e equivalentes de caixa** | **7.167** | **5.585** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

# Concessionária Rota dos Coqueiros S.A.

## Demonstrações do Valor Adicionado

## Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Receitas** | | |
| Receita de serviços | 18.636 | 20.057 |
| Receita de construção ICPC 01-R1 | 596 | 426 |
| | **19.232** | **20.483** |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |
| Materiais, energia e outros | (2.044) | (2.019) |
| Custo de construção ICPC 01-R1 | (592) | (422) |
| Serviços de terceiros e outros operacionais | (5.331) | (2.735) |
| **Valor adicionado bruto** | **11.265** | **15.307** |
| Depreciação e amortização | (3.902) | (3.815) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela Companhia** | **7.363** | **11.492** |
| **Valor adicionado recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 668 | 348 |
| Outras | 498 | - |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **8.529** | **11.840** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal | **4.312** | **3.244** |
| Remuneração direta | 3.678 | 2.620 |
| Benefícios | 489 | 437 |
| FGTS | 145 | 187 |
| Impostos, taxas e contribuições | **2.818** | **3.098** |
| Federais | 1.838 | 1.396 |
| Municipais | 980 | 1.702 |
| Remuneração de capitais de terceiros | **3.196** | **3.644** |
| Juros | 3.153 | 3.598 |
| Aluguéis | 43 | 46 |
| Remuneração de capitais próprios | **(1.797)** | **1.854** |
| (Prejuízo) lucro líquido do exercício | (1.797) | 1.854 |
| **Valor adicionado distribuído** | **8.529** | **11.840** |

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**

## 1. Informações gerais

A Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("Rota dos Coqueiros" ou "Companhia") é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 15 de dezembro de 2006, que tem como objeto social, explorar, mediante concessão patrocinada, precedida de obras, o sistema viário composto pela praça de pedágio localizada no Município de Jaboatão dos Guararapes (Praça de Pedágio Barra de Jangada), pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, que interligará os Municípios de Jaboatão dos Guararapes e do Cabo de Santo Agostinho, pela via principal do Destino de Turismo e Lazer Praia do Paiva ("Via Parque"), a extensão concedida é de 6,5 km, que se inicia na referida ponte de acesso e segue até conectar-se com a via municipal Rua Dezessete, do Cabo de Santo Agostinho, na Praia de Itapuama; e pela praça de pedágio localizada no Município de Cabo de Santo Agostinho (Praça de Pedágio Itapuama). A Companhia tem por objeto ainda a prestação do serviço público de operação e atividades de apoio necessárias ao funcionamento da referida ponte e sistema viário.

As obras de execução da concessão tiveram início em janeiro de 2008 e foram concluídas em março de 2010, com início das operações em 11 de junho de 2010.

As atividades são realizadas com base no contrato de serviço de longo prazo assim classificados:

| Objeto do contrato | Prazo | Poder Concedente |
|---|---|---|
| Exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, pela ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, pela via principal da Reserva do Paiva e pela praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho. | 33 anos e 5 meses | Estado de Pernambuco |

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

**COVID-19**

**Impactos econômicos e sociais**

Em 30 de janeiro de 2020, houve o anúncio pela Organização Mundial da Saúde ("OMS"), de que o surto da Covid-19, doença respiratória aguda causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), era uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. No Brasil, o Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo no 6 de 20 de março de 2020, reconheceu o estado de calamidade pública em decorrência da pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo em que houve o anúncio da OMS, em 11 de março, classificando a doença como uma pandemia.

Com a paralisação de vários setores produtivos e a fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), ocasionadas pela implementação de medidas mitigatórias no âmbito Federal, Estadual e Municipal, tais como decretação de quarentenas, limitação de locomoção, suspensão de eventos, suspensão das atividades escolares e cessação de atividades culturais, a Companhia, considerando que a pandemia ainda está em evolução.

Com a finalidade de evitar contaminação de colaboradores diretos e indiretos no ambiente de trabalho e atendendo aos cuidados determinados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), foi feita a adequação das atividades desempenhadas pelos integrantes das áreas administrativas, que passaram a executar suas atividades em formato híbrido, ou seja, parte em casa ("home office"), e parte na empresa mantendo todos os protocolos de segurança. Para as atividades desempenhadas nas áreas operacionais e onde não foi possível estabelecer o home office, estamos fazendo avaliações constantes de cenários, destacando-se: (i) a liberação imediata dos jovens aprendizes; (ii) a adoção de regime de trabalho flexível para grupos estratégicos; (iii) a disponibilização de recursos em todos os pontos de trabalho; (iv) o reforço e aumento da frequência da rotina de higienização/limpeza em todos os pontos de trabalho; (v) o escalonamento de horários para utilização de refeitórios; (vii) a comunicação constante com orientações e dicas de prevenção e outras informações sobre o Covid-19.

Com os avanços nas campanhas de vacinação da população e a diminuição das restrições de circulação determinadas pelas autoridades sanitárias, a Administração da Companhia espera que não existam impactos significativos ainda maiores em suas operações A Administração segue monitorando este assunto.

## 2. Políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela diretoria em 31 de março de 2022.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábeis-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir.

### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, numerários em trânsito, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 2.3. Ativos financeiros

#### 2.3.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (esses são classificados no ativo não circulante). Os ativos financeiros ao custo amortizado da Companhia compreendem “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota Explicativa nº 6) e o “Contas a receber” (Nota Explicativa nº 7) e ao valor justo por meio do resultado o saldo de “Contas vinculadas” (Nota Explicativa nº 8).

#### 2.3.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são posteriormente mensurados e contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.3.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia avalia no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos não financeiros que estão sujeitos à amortização, é feita uma revisão periódica pela Administração sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram registradas perdas de *impairment*, tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

### 2.4. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e receitas acessórias, com prazo de recebimento inferior a 35 dias.

### 2.5. Imobilizado

Compreende máquinas e equipamentos de informática e móveis e utensílios, não reversíveis ao poder público.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos.

### 2.6. Ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme ICPC 01 (R1) - “Contratos de Concessão”, item 17, à medida que a Companhia obtém o direito de cobrar dos usuários do serviço público e a orientação OCPC 5 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é avaliado pelo custo histórico somado a margem de construção, determinado pela receita estimada de formação da infraestrutura necessária para prestação dos serviços de concessão pública. Essa receita é estimada considerando os investimentos efetuados pela Companhia na aquisição, melhoria e formação da infraestrutura, incluindo custos dos empréstimos, e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de desenvolvimento da concessionária na formação do seu ativo intangível.

A amortização do ativo intangível foi realizada pelo método linear (prospectivamente) para o exercício de 2021 e 2020, a qual está limitada ao prazo final da concessão.

### 2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O Imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis.

Em 22 de junho de 2012, conforme Ato Declaratório nº 113, a Companhia foi habilitada a operar de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2021 no regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, registrada como reserva de lucro de forma a não distribuir esse valor como lucros ou dividendos aos sócios.

### 2.8. Provisão para conserva especial

A partir de 31 de dezembro de 2017, a Companhia passou a provisionar os gastos que serão incorridos com a manutenção da infraestrutura da rodovia nos próximos 10 (dez) anos (vida útil estimada), limitando ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa mudança de estimativa é o que melhor reflete o reconhecimento dos impactos referentes aos gastos que serão incorridos em função da utilização da rodovia, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento.

### 2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

### 2.10. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.11. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

#### (i) Receita de serviço

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

**(ii) Receita de construção**

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47, ICPC 01 (R1) e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A receita é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão. A receita é reconhecida, acrescida da margem de 1,00% sobre os custos incorridos no exercício, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratos.**(iii) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A Companhia somente apresenta receita de caráter financeiro, referente, basicamente, ao rendimento de aplicação financeira.

**2.12. Instrumentos financeiros**

**(i) Classificação e mensuração**

O CPC 48 (IFRS 9) estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contêm três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por Meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/ de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

**(ii) *Impairment* de ativos financeiros**

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2021.

### 2.13. Receita de contrato com cliente

A Companhia adota o CPC 47 para reconhecimento das receitas de contrato, o qual estabelece um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

### 2.14. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue:

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022.
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023.
- IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023.

A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, apropriação de receita de serviços prestados, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação da provisão para imposto de renda e outros similares que, não obstante, refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

As estimativas e premissas, estão contempladas a seguir:

**a) Determinação da amortização dos ativos intangíveis**

A Companhia utiliza o método linear de amortização, a qual está limitada ao prazo da concessão (Nota Explicativa nº 9) ou vida útil efetiva, dos dois, aquele que vier primeiro.

**b) Margem de construção**

Na apuração do valor justo da receita de contratos de construção a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais a margem de lucro estimada pela Administração.

A margem de construção foi definida considerando a divisão entre os custos de monitoramento e gestão despendidos pela companhia e o total de investimentos previstos, conforme fundamentado por avaliação da área de engenharia da Concessionária.

**c) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A despesa do imposto de renda e da contribuição social do exercício compreende os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis e são determinados usando alíquotas de imposto (base a legislação fiscal) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social ativo do diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, uma vez que, possui evidências suficientes para comprovar a existência de disponibilidade de lucro tributável suficiente para compensação futura dos prejuízos fiscais não utilizados.

A estimativa de realização do IR/CSL diferidos está apresentado na Nota Explicativa nº 23.

**d) Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança e o passivo contingente é divulgado.

## 4. Gestão de risco financeiro

**a) Considerações gerais**

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

Os principais instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são as aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, financiamentos e saldos com acionistas.

A Companhia não realizou, nos exercícios de 2021 e de 2020, operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou de caráter especulativo.

**b) Gerenciamentos de riscos**

A Companhia está exposta a riscos de liquidez em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em contas a receber.

**c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em aplicações financeiras com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

**d) Risco de crédito**

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

## 5. Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários às partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

| | Nota | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | | 40.000 | 41.786 |
| Arrendamento mercantil operacional | 13 | 118 | 240 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (16.801) | (9.634) |
| Contas vinculadas | 8 | - | (7.969) |
| **Dívida líquida** | | **23.317** | **24.423** |
| **Total do patrimônio líquido** | | **36.296** | **38.093** |
| **Total do capital próprio e de terceiros** | | **59.613** | **62.516** |
| Índice de alavancagem financeira - % | | 39% | 39% |

## 6. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Fundo de troco | 61 | 43 |
| Bancos conta movimento | 281 | 87 |
| Aplicações financeiras (i) | 16.364 | 9.344 |
| Numerários em trânsito (ii) | 95 | 160 |
| | **16.801** | **9.634** |

**(i)** A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, em instituições financeiras de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa de 99% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Dos recursos aplicados, uma parte do montante será utilizado na melhoria da infraestrutura e operação da rodovia, e outra parte do montante com recursos exclusivos e restritos para os Programas de Gestão Ambiental e Social da Concessionária, conforme clausula 29 do contrato de concessão.

**(ii)** Saldo referente ao numerário de pedágio em trânsito e conferência até que o mesmo seja reconhecido efetivamente no caixa da Companhia como depósito em conta corrente no mês subsequente.

## 7. Contas a receber

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| *Automatic Vehicle Identification ("AVI")* | 395 | 304 |
| Demanda de risco (i) | - | 2.158 |
| Poder Concedente | 134 | - |
| Receitas acessórias | 17 | 30 |
| | **546** | **2.492** |
| | | |
| Ativo circulante | 412 | 2.492 |
| Ativo não circulante | 134 | - |

Em 31 de dezembro de 2021, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas na realização das contas a receber, uma vez que, os mesmos são recebidos dentro do prazo médio de 30 dias, em sua maioria das operadoras das etiquetas de pedágio eletrônico.

**(i)** De acordo com a cláusula 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. Em decorrência da frustração do tráfego, a Companhia, vem emitindo mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

## 8. Contas vinculadas

Em agosto de 2021, a Companhia transferiu o saldo do fundo de liquidez representado por uma aplicação financeira, no montante de R$ 8.105 (31 de dezembro de 2020 – R$ 7.969), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez.

Essa aplicação foi efetuada como parte da garantia de cumprimento integral de todas as obrigações do financiamento junto ao BNB, que correspondia a seis prestações de amortização do financiamento remunerados a taxa de 98% do CDI, com base na maior prestação pós-carência descrito na Nota Explicativa no 12.

Com a liquidação dos contratos de financiamentos junto ao BNB, este valor atualizado foi restituído para a Companhia.

## 9. Intangível

### a) Composição

| | | | Líquido | |
|---|---|---|---|---|
| | **Custo** | **Amortização Acumulada** | **2021** | **2020** |
| **Intangível em infraestrutura (i)** | | | | |
| Edifícios e instalações | 10.553 | (3.399) | 7.154 | 7.534 |
| *Hardware* equipamentos de pedágio | 782 | (173) | 609 | 397 |
| Demais melhorias e ampliações | 71.163 | (22.958) | 48.205 | 50.923 |
| Desapropriações | 2.602 | (944) | 1.658 | 1.791 |
| Máquinas e equipamentos | 762 | (413) | 349 | 222 |
| Móveis e utensílios | 23 | (9) | 14 | 9 |
| Obras em andamento | 1.061 | - | 1.061 | 995 |
| | **86.946** | **(27.896)** | **59.050** | **61.871** |
| **Outros intangíveis (ii)** | | | | |
| *Softwares* adquiridos de terceiros | 393 | (61) | 332 | 22 |
| | **393** | **(61)** | **332** | **22** |
| **Total intangível** | **87.339** | **(27.957)** | **59.382** | **61.893** |

**(i)** Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

### b) Movimentação

| | Infraestrutura | Intangível em andamento | Software, direitos de uso e outros | Total intangível |
|---|---|---|---|---|
| Custo | 85.366 | 995 | 70 | **86.431** |
| Amortização acumulada | (24.490) | - | (48) | **(24.538)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2020** | **60.876** | **995** | **22** | **61.893** |
| Adições | 519 | 66 | 323 | **908** |
| Amortização (*) | (3.406) | - | (13) | **(3.419)** |
| **Movimentação do período** | **57.989** | **1.061** | **332** | **59.382** |
| Custo | 85.885 | 1.061 | 393 | **87.339** |
| Amortização acumulada | (27.896) | - | (61) | **(27.957)** |
| **Saldos em 31 de dezembro de 2021** | **57.989** | **1.061** | **332** | **59.382** |

**(*)** A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear até o prazo final da concessão**.**

## 10. Direito de uso

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| | **316** | **727** |
| Reconhecimento inicial de direito de uso sobre arrendamento operacional | 406 | - |
| Amortização dos contratos de arrendamento operacional | (427) | (411) |
| | **295** | **316** |

A amortização está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na demonstração do resultado do exercício, conforme Notas Explicativas nº 20 e nº 21.

## 11. Fornecedores

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Fornecedores nacionais | 48 | 116 |
| Prestadores de serviços | 7 | 194 |
| | **55** | **310** |

## 12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

| | Moeda | Encargos financeiros anuais | 2021 | 2020 |
|---|---|---|---|---|
| Banco do Nordeste | R$ | Juros de 9,5% a.a. | - | 41.786 |
| Debêntures | | | 40.000 | - |
| | | | **40.000** | **41.786** |
| | | | | |
| Passivo circulante | | | 3.131 | 3.724 |
| Passivo não circulante | | | 36.869 | 38.062 |

### a) Movimentação

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **41.786** | **39.780** |
| Juros provisionados | 3.132 | 3.571 |
| Juros pagos | (6.043) | (773) |
| Captação de empréstimos | 40.000 | - |
| Amortização de principal | (38.875) | (792) |
| **Saldo final** | **40.000** | **41.786** |

### b) Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”)

Em 27 de dezembro de 2007, a Companhia firmou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R$ 52.900, e complementado no montante de R$ 13.852 no dia 2 de dezembro de 2009, a serem providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), no âmbito do programa FNE-PROINFRA, destinado ao financiamento de recursos para a realização de investimentos na implantação do Projeto Praia do Paiva, concessão estadual na forma de Parceria Público-Privada na modalidade patrocinada, que trata da construção e operacionalização do trecho rodoviário que interliga os Municípios de Cabo de Santo Agostinho e Jaboatão dos Guararapes.

Com a aquisição do controle acionário da Companhia pela Verona em abril de 2021 foi condicionada à quitação antecipada dos saldos dos seus financiamentos concedidos pelo BNB. Em julho de 2021, ocorreu o pagamento de liquidação dos contratos de financiamentos em virtude de emissão de debêntures.

### c) Debêntures

Em 02 de julho de 2021, a CRC emitiu 40.000 (quarenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R$1.000,00 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real. A remuneração foi estabelecida como CDI + 3,95%. O prazo total é de 6 anos com amortização customizada iniciando 12 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Companhia: (a) para o pré-pagamento e refinanciamento das seguintes operações: financiamentos concedidos pelo BNB à CRC nos termos (i) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito celebrado entre o BNB e a CRC em 27 de dezembro de 2007, conforme aditado de tempos em tempos, e (ii) do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito, Prefixo e nº 44.2009.6042.1846 celebrado entre o BNB e a CRC em 2 de dezembro de 2009, conforme aditado de tempos em termos ("Dívidas BNB"),e (b) para pagamento de despesas e comissões relacionadas com a Emissão de Debentures.

As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são (i) o penhor das ações de emissão da Companhia, em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e (ii) cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Companhia.

**d) Garantias**

Em agosto de 2021, o BNB liberou todas as garantias estabelecidas nos referidos contratos de financiamentos, como: penhor de ações ordinárias da Companhia e direitos emergentes do Contrato de Concessão, vinculação de recebíveis, cessão de direitos creditórios e o fundo de liquidez em conta reserva que foi restituído para a Companhia (Nota Explicativa nº 8).

## 13. Arrendamento mercantil operacional

A Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 5,75% a.a.

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **240** | **761** |
| Reconhecimento inicial | 392 | - |
| Apropriação de juros | 15 | 24 |
| Baixas | (529) | (545) |
| **Saldo final** | **118** | **240** |
| | | |
| Passivo circulante | 118 | 173 |
| Passivo não circulante | - | 67 |

## 14. Contribuição ao fundo socioambiental

O Fundo criado pela Companhia, conforme disposição contratual, lastreado com recursos decorrentes da receita de pedágio superior ao previsto no Edital de Concorrência obedecendo faixas de compartilhamento, cuja utilização é exclusiva para os projetos de gestão social e ambiental.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante destinado à contribuição ao fundo socioambiental é de R$ 789 (31 de dezembro de 2020 - R$ 797).

## 15. Passivos contingentes

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Saldo inicial** | **1.039** | **953** |
| Provisão | 75 | 86 |
| Reversão | (6) | - |
| **Saldo final** | **1.108** | **1.039** |

Companhia tem ações de causas indenizatórias classificadas como perda provável, referente a processos de desapropriação e cível, considerando os valores encontrados nos laudos periciais, os quais são utilizados para fixação em sentença, baseado na expectativa dos seus assessores jurídicos externos.

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R$ 849 (31 de dezembro de 2020 - R$ 736).

## 16. Provisão de conserva especial

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta o saldo de R$ 2.503 (31 de dezembro de 2020 – R$ 2.199) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o primeiro ciclo de investimentos no período de 10 anos, descontados a valor presente, com taxas de 10,8% a.a. e apropriados pelo prazo de concessão de 33 anos e cinco meses. As referidas provisões são consideradas suficientes pela Administração no intuito de suprir as manutenções futuras.

## 17. Partes relacionadas

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Contas a receber** | | |
| Odebrecht Participação e Investimentos S.A. | - | 497 |
| | **-** | **497** |
| **Dividendos a pagar** | | |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. | - | 3 |
| Odebrecht Rodovias S.A. | - | 296 |
| Vento Sul Participações LTDA. | - | 100 |
| Verona Holding e Participações Societárias S.A. | 400 | - |
| | **400** | **399** |
| **Fornecedores** | | |
| Odebrecht Rodovias S.A. | - | 25 |
| Vexty Previdência ("Vexty") | - | 8 |
| | **-** | **33** |
| | **400** | **929** |
| Passivo circulante | 400 | 33 |
| Passivo não circulante | - | 896 |

Os saldos existentes em 31 de dezembro de 2020 com empresas do Grupo dos ex-acionistas controladores da Companhia foram baixados em virtude da aquisição da Companhia pela Verona em abril de 2021.

## 18. Patrimônio líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$ 36.869 (R$ 38.062 em 31 de dezembro de 2020), e está representado da seguinte forma:

| | Quantidade de ações ordinárias | Capita social | |
|---|---|---|---|
| | | 2021 | 2020 |
| Construtora Norberto Odebrecht S.A. | - | - | 227 |
| Odebrecht Rodovias S.A. | - | - | 19.386 |
| Vento Sul Participações LTDA. | - | - | 6.538 |
| Verona Holding e Participações Societárias S.A. | 26.150.154 | 26.150 | - |
| | **26.150.154** | **26.150** | **26.150** |

### b) Reserva de capital

O montante de R$ 2.618 refere-se à cisão total do patrimônio líquido da antiga controladora indireta, composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social.

### c) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

#### (i) Reserva de Incentivo Fiscal (artigo 195-A da Lei nº 6.404/76)

Consoante Ato Declaratório Executivo nº 113, de 22 de junho de 2012, a Companhia é beneficiaria do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021, na forma do artigo 1º da MP nº 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 0026/2012, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, constante do processo administrativo fiscal nº 10480.724052/2012-15.

Referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão Patrocinada com o Governo do Estado de Pernambuco (Contrato CGPE-001/2006), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.213/2002, com início do prazo de vigência em 1º de janeiro de 2012 e término em 31 de dezembro de 2021.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2020 o montante de R$ 171 referente à subvenção em conta de resultado e o destinou à Reserva de Incentivos Fiscais.

**(ii) Reserva legal**

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021, não foi destinação em virtude da apuração de prejuízos (R$ R$ 84 destinados em 31 de dezembro de 2020).

**(iii) Reserva de investimento**

A reserva de investimento refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 não foi feita destinação em virtude da apuração de prejuízos (Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia utilizou valor de R$ 350 para compensação de prejuízos).

## 19. Receita líquida

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Receita de construção ICPC 01-R1 (i) | 596 | 426 |
| Receita de Subvenção Governamental | - | 171 |
| Receitas acessórias | 105 | 139 |
| Receitas com cartão de débito | 1.615 | - |
| Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii) | 3.900 | 2.500 |
| Receitas em numerário | 10.678 | 10.843 |
| Receitas de vale pedágio | 2 | - |
| Demanda de risco (iii) | 2.422 | 6.521 |
| **Receita bruta** | **19.318** | **20.600** |
| | | |
| **Receita operacional** | **18.722** | **20.174** |
| | | |
| Tributos sobre serviços de operação | (1.615) | (1.702) |
| Outras deduções | (86) | (117) |
| **Receita líquida** | **17.617** | **18.781** |

**(i)** No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R$ 596 como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão.

**(ii)** Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada.

**(iii)** Conforme cláusulas 28 do Contrato de Concessão e 4º Termo Aditivo do Contrato de Concessão assinado em 31/05/2019, ocorrendo variação de tráfego a menor na faixa de 70% a 90%, as correspondentes perdas de receitas de pedágio serão compartilhadas entre a concessionária e o Poder Concedente, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma das partes. A Companhia, vem emitindo mensalmente a fatura de demanda de risco para fins de recebimento do Comitê Gestor do Programa Estadual de Parceria Público Privada (CGPE).

## 20. Custo dos serviços

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Depreciação e amortização | (3.861) | (3.748) |
| Salários e encargos | (1.910) | (1.699) |
| Gastos gerais | (465) | (375) |
| Serviços de terceiros | (1.631) | (1.614) |
| Seguros | (79) | (80) |
| Provisão para conserva especial | (304) | (450) |
| Materiais | (201) | (258) |
| | **(8.451)** | **(8.224)** |
| Custo de construção ICPC 01-R1 (i) | (592) | (422) |
| | **(9.043)** | **(8.646)** |

**(i)** Os custos de construção referem-se aos custos apurados e registrados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

## 21. Despesas gerais e administrativas

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Salários e encargos | (3.205) | (2.174) |
| Serviços de terceiros | (3.700) | (1.122) |
| Depreciação e amortização | (41) | (66) |
| Materiais e equipamentos | (211) | (277) |
| Despesa com veículos | (28) | (18) |
| Despesas com viagens | (8) | (14) |
| Provisão para contingências | - | (33) |
| Gastos gerais | (690) | (486) |
| Taxas de meios de pagamentos eletrônicos | (13) | - |
| **Total (i)** | **(7.896)** | **(4.190)** |

**(i)** Em 2021 a rubrica de Serviços de terceiros, sofreu um aumento quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido a gastos diversos não recorrentes ocasionados pelas despesas de reestruturação societária.

## 22. Resultado financeiro, líquido

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Despesas financeiras** | | |
| Arrendamento mercantil operacional | (15) | (24) |
| Juros sobre empréstimos | (3.132) | (3.571) |
| Juros sobre atraso | (6) | (3) |
| Outras | (1.416) | (20) |
| | **(4.569)** | **(3.618)** |
| **Receitas financeiras** | | |
| Receita de aplicações financeiras | 666 | 338 |
| Outras | 2 | 10 |
| | **668** | **348** |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(3.901)** | **(3.270)** |

## 23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

### a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| **Ativo (passivo) fiscal diferido** | | |
| Ajuste de adoção inicial (art. 69 da lei 12.973) | 1.100 | 1.160 |
| Benefício fiscal (ágio) (i) | 255 | 516 |
| Despesas pré-operacionais | (169) | (145) |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 2.461 | 1.293 |
| Provisão para conserva especial | 882 | 777 |
| Margem de construção | (650) | (649) |
| | **(650)** | **(649)** |
| Impostos diferidos, líquido | **3.879** | **2.952** |

**(i)** De acordo com as práticas, a Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, reconheceu crédito tributário sobre o valor do ágio a ser amortizado para fins tributários, em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht Transport Participações S.A.), nos termos do que prevê a legislação tributária aplicável. O saldo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrado da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Ágio por expectativa de rentabilidade futura | 749 | 1.519 |
| Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido | (494) | (1.003) |
| **Total do benefício fiscal** | **255** | **516** |

A Companhia optou por apresentar o valor do ágio deduzido de “Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido”.

A Companhia constituiu essa provisão, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização para fins tributários. Essa provisão é revertida na proporção que o ágio vai sendo amortizado, sendo que a reversão é lançada na mesma conta em que o ágio é amortizado, representando a amortização do respectivo ativo fiscal também em linha com as práticas contábeis atuais.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| 2022 | - | 421 |
| 2023 | 461 | 461 |
| 2024 | 469 | 928 |
| 2025 | 660 | |
| 2024 em diante | 1.126 | |
| | **2.716** | **1.810** |

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

**b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

| | 2021 | 2020 |
|---|---|---|
| Resultado antes dos impostos | (2.725) | 2.675 |
| Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%) | 927 | (910) |
| Exclusões permanentes, líquidas | 1 | 89 |
| **Efeito IR e CSLL no resultado** | **928** | **(821)** |
| | | |
| IR e CSLL diferido | 928 | (553) |
| IR e CSLL corrente | - | (268) |
| **Total de IR e CSLL diferidos** | **927** | **(821)** |

## 24. Contratos

### Contrato de concessão

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o CGPE e a Companhia, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos e 5 meses, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato, cujo valor de receita estimado é de R$ 143.203.

O Contrato poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento pelo Poder Concedente de suas obrigações contratuais.

## 25. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos.

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia e garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades, conforme quadro abaixo:

| Modalidade | Vigência até | Cobertura |
|---|---|---|
| Garantia Concessões Públicas | 21/05/2022 | 682 |
| Seguro de Risco Operacional | 29/12/2022 | 100.000 |
| Responsabilidade Civil | 29/12/2022 | 50.000 |
| Responsabilidade Administradores - D&O | 09/08/2022 | 15.000 |
| Veículos da Frota | 30/09/2021 | 1.000 |

Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela Administração da Companhia.

* * *